

Nº 75 - ABRIL DE 2021

JORNAL DA APUB

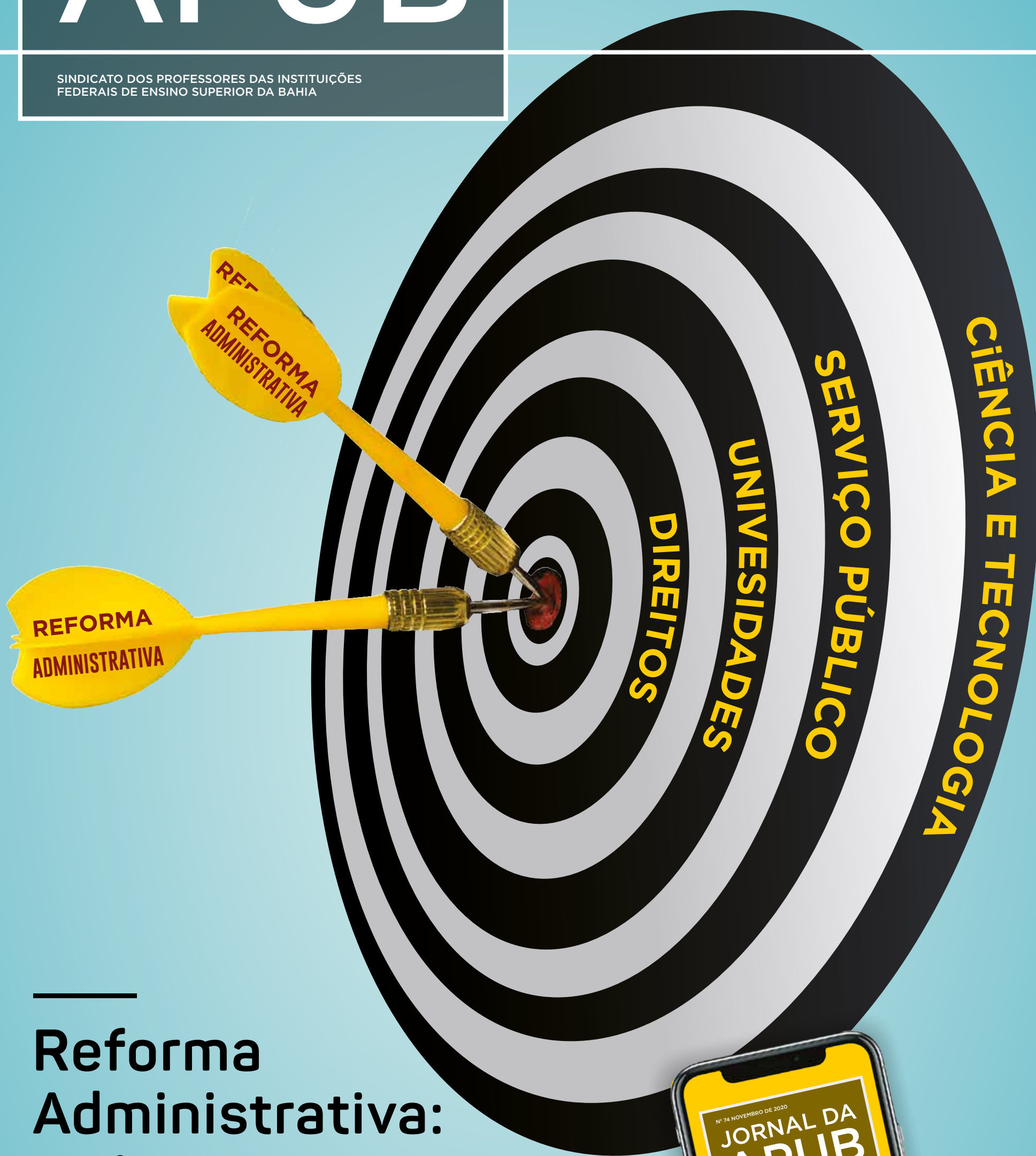
SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



APUB
SINDICATO



CUT
BAHIA

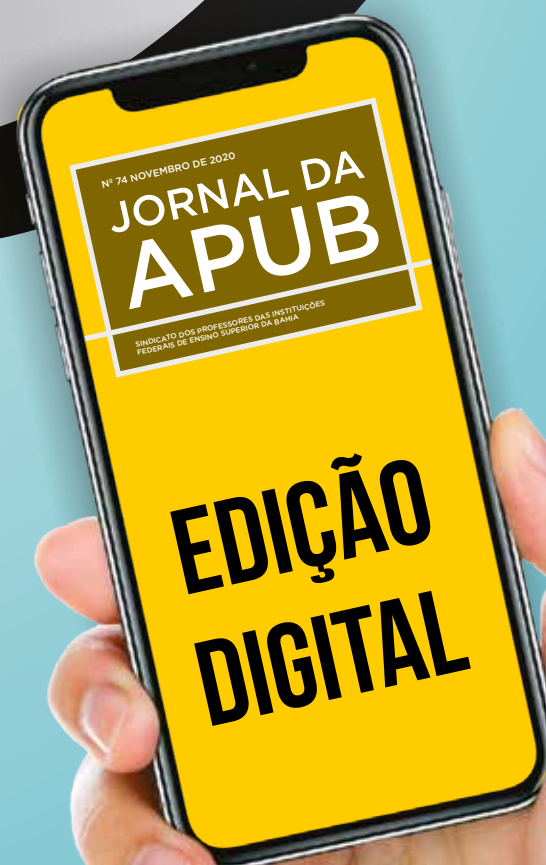


Reforma Administrativa: mais um passo para o desmonte

Página 3

Descontrole da pandemia dificulta retorno às aulas presenciais e desafia docentes

Página 8



Primeira pesquisa da Apub sobre perfil docente aponta mudanças geracionais e principais pautas da categoria - Página 13

► EDITORIAL

Apesar dos perigos, estamos na luta

Avançamos por 2021 com nosso cenário marcado por dois elementos centrais: a pandemia de covid-19 e as decisões políticas do governo Bolsonaro em relação a ela. Embora possamos concordar que não havia como prever a eclosão da pandemia ou a gravidade do vírus, não há como dizer o mesmo sobre a gestão que ela tem tido no Brasil. Aqui, o governo, ao contrário de tentar conter, agiu para potencializar a transmissão da doença: escolheu, conscientemente, a morte ao invés da vida, o negacionismo ao invés da ciência, o desamparo ao invés da proteção social. Escolheu, e continua escolhendo, abraçar o obscurantismo, desdenhar das medidas de isolamento social e uso de máscara, negligenciar a compra de vacinas, retrain o auxílio emergencial e sucatear a educação e os serviços públicos. Perdemos, até aqui, mais de 370 mil vidas. Quantas não poderiam ter sido salvas? Quantas mais iremos perder?

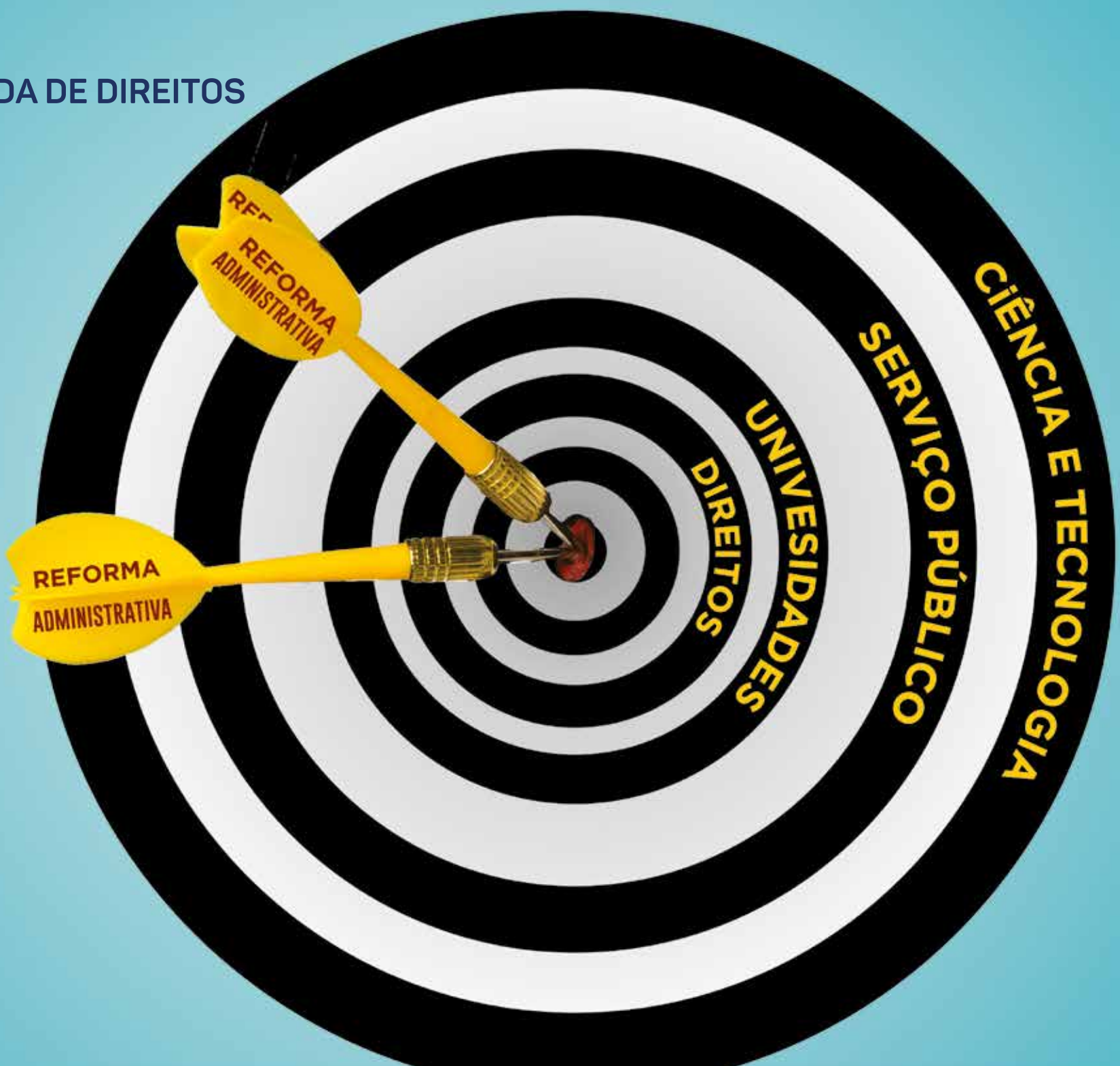
Diante do horror, escolhemos nos manter em luta. Demos seguimento às atividades iniciadas no ano passado, realizando ações de solidariedade junto a movimentos sociais, acompanhando as condições de trabalho docente e o debate sobre as aulas presenciais (pág. 08) e trazendo os resultados da Pesquisa Perfil Docente (pág. 13). Ao mesmo tempo, incorporamos novas demandas como a luta contra a Reforma Administrativa (pág. 03) e pelo Orçamento das IFES (pág. 18); participamos do Fórum Social Mundial Online e do Congresso Virtual da UFBA (págs. 21 e 22), apoiamos a greve dos petroleiros, fomos à rua no 8 de março (pág. 23) e acompanhamos a organização da primeira Consulta para reitoria da Unilab (pág. 25). Fizemos – e faremos ainda muito mais, com a certeza de que é esse movimento que permite que, em primeiro lugar, sobrevivamos, e, em seguida, possamos reconstruir nossa esperança. Como sindicato docente, mantemos nosso compromisso com a categoria, com a educação pública e com a Democracia. Homenageamos os/as que se foram e deixamos aqui registrada nossa solidariedade com a dor dos/as que ficaram. E, apesar de tudo – de toda a fadiga, de toda injustiça, estamos na briga por muito mais do que sobreviver.

Quer receber informações e notícias da Apub pelo whatsapp?

Clique aqui e mande um Oi



► RETIRADA DE DIREITOS



Reforma Administrativa: mais um passo para o desmonte

Desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos públicos, uma das principais medidas alcançadas após o golpe de 2016, o debate econômico é dominado pelo mote do corte de despesas. Da Reforma Trabalhista, passando pela Reforma da Previdência até a PEC Emergencial (EC 109) e, agora, a Reforma Administrativa os discursos passam por dois pontos principais: 1) que o Brasil estaria “quebrado” e, portanto, seria imperativo reduzir drasticamente as despesas; 2) que existiria um excesso de direitos – ou privilégios – especialmente no funcionalismo público – impedindo o investimento em outras áreas, como saúde e educação. O que essas ideias procuram esconder, no entanto, é a impossibilidade de fazer os investimentos sociais necessários numa nação profundamente desigual como o Brasil caberem sob um “teto” artificial (criado há 5 anos e que se quer transformar em dogma) e que são servidores e servidoras públicos os/as responsáveis por fazer funcionar as políticas essenciais para a população.

Esse discurso antiestado tem raízes históricas. De acordo com o professor Valdemar de Araújo Filho, do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, existe um processo social e político que procura criminalizar o Estado e reduzir o seu papel na sociedade e no desenvolvimento nacional, ligado à financeirização da economia brasileira e do próprio setor produtivo: “Não só surgiu uma rede muito poderosa integrada por instituições financeiras, agências de risco, bancos de investimentos e corretoras, como também as grandes corporações bancárias tradicionais absorveram ou se associaram a grandes grupos industriais, e parte dos lucros destes grupos passou a ter origem em rendimentos especulativos financeiros, vinculados principalmente à rolagem da dívida pública, lucros não operacionais. Essa mudança na morfologia social do empresariado convergiu com a onda do neoliberalismo que ganhou força a partir dos anos 90”, explica.

Quem também aponta os problemas dessa narrativa é Ana Luíza Matos de Oliveira, Coordenadora-geral da Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Frente Servir Brasil) e uma das organizadoras do livro [!\[\]\(dfbd6b3763a6d1d9afaa974f64e2e4b5_img.jpg\) **Economia pós-pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**](#). “O debate econômico brasileiro tem sido dominado por dogmas e por um “terrorismo fiscal”, que é inibidor da discussão de alternativas. O Brasil não está quebrado e essa narrativa de que é preciso cortar mais e mais, porém sempre dos mais pobres, ela serve a interesses definidos, afirmou.

Servidores/as como alvo

O funcionalismo público – ou antes, parte dele – acaba sendo alvo preferencial dos cortes, especialmente no governo atual, cujo projeto de desmonte e morte se expressa, no Ministério da Economia, pelo ultraliberalismo de Paulo Guedes.



Mas o excesso de pessoal ou de privilégios é, também, uma narrativa. “Segundo o IBGE, até 2016, ano do golpe institucional contra um governo que valorizava um pouco o servidor público, apenas 12% dos trabalhadores brasileiros eram servidores públicos, alocados em todos os níveis de governo. Essa é a média da América Latina, uma região com muitos problemas sociais. Mas em países mais desenvolvidos, o percentual passa a ser 21% em média, e em países organizados sob a lógica política de Estado de Bem-Estar Social, como Dinamarca, Noruega e Suécia, mais de 30% da população economicamente ativa está no serviço público. Na verdade, a criminalização contra o servidor público tem o objetivo de reduzir os custos estatais com serviços

essenciais à população e reservar grande parte do fundo público para o serviço da dívida pública, tranquilizando os poderosos setores rentistas que controlam parte da máquina estatal brasileira. E toda a grande imprensa está envolvida nessa cruzada, porque a mídia é parte fundamental na construção desse discurso. Criminalizam principalmente os funcionários comuns de carreiras do Executivo enquanto deixam fora da crítica, militares, juízes e a alta burocracia política do sistema de gestão econômica”, aponta Valdemar Filho.

Já Ana Luíza chama atenção para a necessidade de aprofundar o debate sobre projeto de país: “a discussão sobre ‘excesso de servidores’ precisa ocorrer dentro da reflexão de qual país queremos ter, queremos construir. Já atingimos o nosso ideal de bem estar, de acesso aos direitos sociais, de redução das vulnerabilidades? Se sim, ok, não precisamos mais aumentar a quantidade de servidores. Porém, se não chegamos – e para mim, pelo menos, este é o caso – é preciso ter mais servidores. Políticas públicas e direitos sociais são feitas de/por servidores públicos”. Ela também ressalta que “as mulheres e a população negra são fortemente impactadas pela redução das políticas públicas, justamente por delas mais dependerem. Todos os setores mais vulneráveis - indígenas, quilombolas, a população LGBTQI+, moradores de vilas e favelas, da região rural, nordestinos e nortistas etc – são os grandes perdedores da austeridade fiscal”.

“As mulheres e a população negra são fortemente impactadas pela redução das políticas públicas, justamente por delas mais dependerem. Todos os setores mais vulneráveis - indígenas, quilombolas, a população LGBTQI+, moradores de vilas e favelas, da região rural, nordestinos e nortistas etc – são os grandes perdedores da austeridade fiscal”.

PEC 32: quais as consequências

A Reforma Administrativa está materializada no texto da PEC 32 – embora alguns dispositivos já tenham sido inseridos nos gatilhos EC 109 como as possibilidades de congelamento de salários e suspensão de concursos. A PEC 32 ataca especialmente a forma de entrada no serviço público, a estabilidade do/a servidor/a e cria divisões entre as carreiras típicas de Estado (a serem estabelecidas via lei complementar), que manterão a maioria dos direitos existentes hoje, e as demais, que ficarão mais vulneráveis. “PEC 32/2020 altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta, com alteração dos artigos 37; 39; 39-A; 40; 40-A e 41-A, da Constituição Federal. Tais alterações extinguem o Regime Jurídico Único do servidor público, e, conseqüentemente a estabilidade no serviço público, criando novas formas de contratação pela administração pública. Assim, criam os cargos típicos de estado e o cargo com vínculos de prazo determinado e indeterminado, repassando para esses últimos cargos a mesma precariedade e limitações impostas pela CLT”, explica o assessor jurídico da Apub, o advogado Pedro Ferreira.

Outras consequências graves da Reforma são destacadas por Ana Luíza como a previsão de que o/a servidor/a poderá perder o cargo “até mesmo por uma decisão de órgão, deixando o servidor totalmente exposto a perseguições. Um segundo ponto é que a PEC coloca o princípio da subsidiariedade como um princípio da administração pública. Com isso, o setor público se torna complementar ao privado, e não o contrário. E a PEC também constitucionaliza uma série de acordos do setor público com o privado, inclusive com o compartilhamento de estruturas do setor público. Com isso, é possível que as instituições federais de educação superior sejam fortemente afetadas.”

Para Valdemar Filho, “a PEC 32 não é, de fato, e em sentido rigoroso, uma reforma do Estado. Ela não trata nem de aspectos organizacionais do Estado e nem das suas formas de atuação no contexto das demandas por serviços da sociedade brasileira. Ela expressa, principalmente, as tendências hegemônicas vigentes nos últimos trinta anos de criminalizar os funcionários e focar as medidas principalmente na redução do gasto público. Nesse sentido, tem o objetivo



de sinalizar para o setor financeiro da economia que o governo estabilizará as contas públicas”. Uma evidência disso é que a PEC deixa de fora, juízes, desembargadores militares e procuradores. Também dá autonomia ao Presidente para extinguir ministérios, autarquias e fundações, sem a necessidade de aprovação pelo Legislativo em casos em que não gere despesas. Ainda, permite que cargos de liderança e assessoramento possam a poder ser 100% ocupados por pessoas de fora do serviço público, abrindo espaço para compadrios e corrupção.

Ana Luíza e Valdemar concordam que as Universidades serão umas das principais prejudicadas com a aprovação da Reforma. “Ela [a PEC] fornece uma excessiva autonomia para medidas discricionárias por parte do Titular do Poder Executivo, com possibilidade de mudar muito o perfil organizacional e funcional das entidades autárquicas e fundações que integram a universidade pública no Brasil. Esse será um dos principais aspectos que atingirá as universidades, com o potencial desmonte de ordenamentos organizacionais já consolidados e a extinção de instituições de pesquisa. Outro aspecto a se considerar serão os efeitos das contratações provisórias e terceirizações sobre o perfil acadêmico das universidades. A inclusão de quadros provisórios e terceirizados nas universidades irá contribuir para desorganizar a vida acadêmica e debilitar as instituições de pesquisa, e a longo prazo se tornará a forma predominante de seleção de docentes porque o projeto do governo tem o principal objetivo de reduzir custos.”, afirma o professor. “A reforma administrativa permite que coordenação de curso e chefia de departamento nas instituições públicas, por exemplo, seja assumida por pessoas alheias ao magistério e ao serviço público. É possível imaginar a situação de um “interventor” nestes cargos nas instituições federais. Com isso, em meio a ataques ao livre pensar, aos cortes de recursos para as instituições, ameaças do tipo “Escola sem partido” etc, este mecanismo trazido pela reforma pode ampliar a intervenção em instituições federais. É bom lembrar que já são 20 as instituições federais no país com “interventores”, que tem como reitores pessoas que não foram eleitas pela comunidade universitária”, alerta Ana.

// A inclusão de quadros provisórios e terceirizados nas universidades irá contribuir para desorganizar a vida acadêmica e debilitar as instituições de pesquisa, e a longo prazo se tornará a forma predominante de seleção de docentes porque o projeto do governo tem o principal objetivo de reduzir custos.”

► RETORNO ÀS AULAS

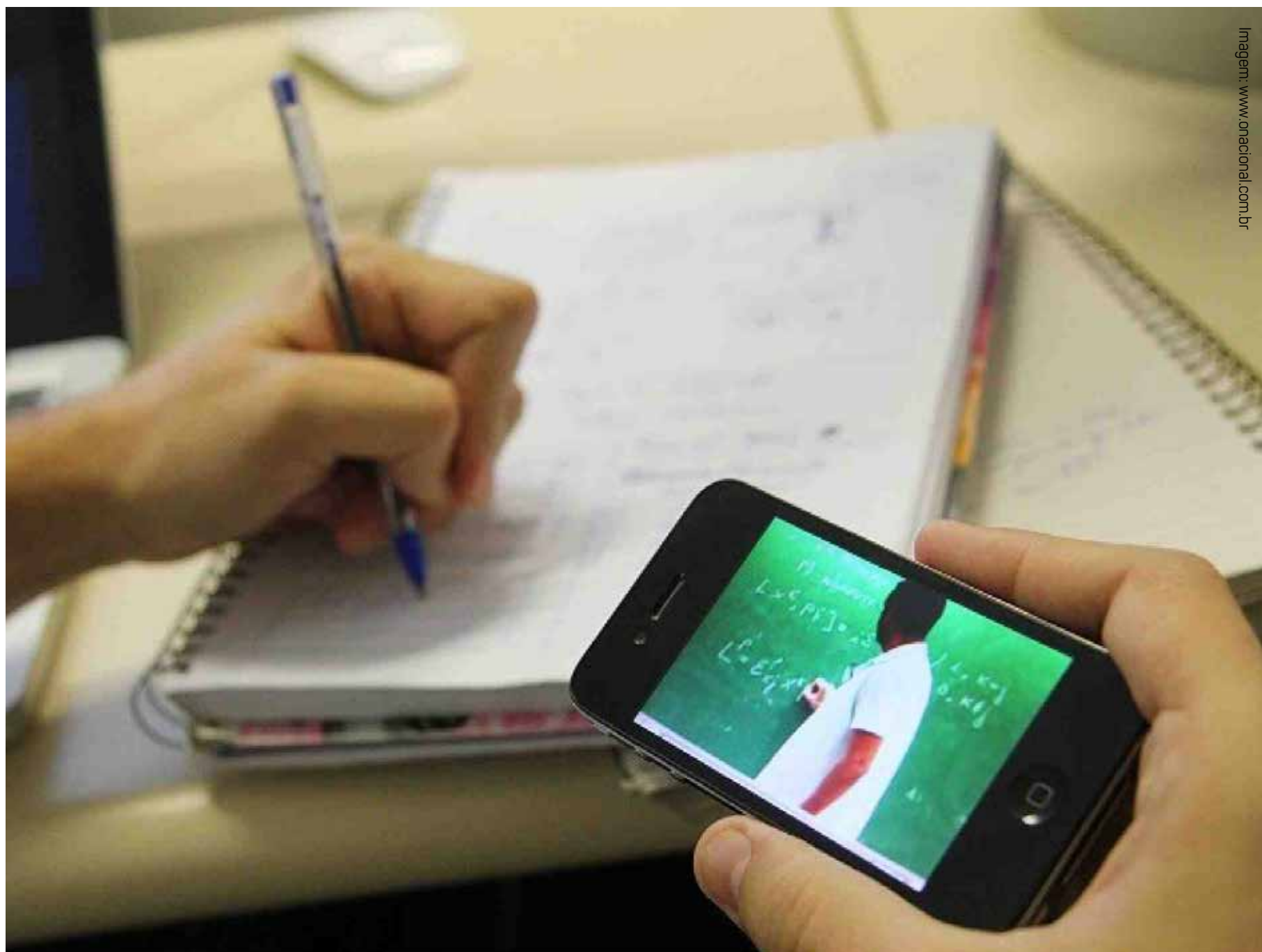


Imagem: www.onacional.com.br

Descontrole da pandemia dificulta retorno às aulas presenciais e desafia docentes

Desde março de 2020, docentes e estudantes, escolas e universidades, órgãos governamentais e movimentos sociais ligados à educação têm sido desafiados a dar respostas a uma situação inédita e complexa: a necessidade de manter o processo de ensino e aprendizagem e o imperativo do isolamento social. Com alguma dose de atropelo, o ensino remoto emergencial foi adotado em diversas instituições, expondo o abismo social brasileiro que, mais do que nunca, decide quem pode ou não ter acesso à educação. Ainda, mesmo entre quem possui as condições materiais para acompanhar o ensino remoto, outras questões se impõem como a sobrecarga de trabalho o aumento do tempo diante de telas, as dificuldades pedagógicas de trabalhar online um conteúdo pensado para o offline, a as pressões psicológicas de viver no país onde mais se morre por covid-19 no mundo. A chegada – ainda que len-

ta – da vacinação, levou muita gente a imaginar que o retorno às atividades presenciais estaria próximo, com instituições de ensino propondo protocolos sanitários e soluções híbridas como ensino semipresencial. À revelia dos/as educadores, alguns Estados reabriram as escolas – só para fechá-las mais adiante com o país atingindo a marca de 300 mil mortes. O que fazer?

Panorama internacional

Embora o Brasil seja o caso mais crítico, as polêmicas em torno do ensino remoto e retorno ao presencial aconteceram no mundo todo. Quem explica é Fátima Silva, secretária geral da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e vice-presidenta da IEAL (Internacional da Educación América Latina): “A suspensão das aulas se deu praticamente no mundo inteiro. Nos países da Europa foram mantidas escolas para [filhos dos trabalhadores] dos serviços essenciais: filhos de médicos, bombeiros, profissionais de limpeza e manutenção de estradas, por exemplo. Mesmo nas fases agudas da pandemia a educação infantil e creches foram mantidas para esses profissionais”. Nos países nórdicos, somente a Suécia não suspendeu as aulas em nenhum momento – fato bastante criticado interna e internacionalmente – e é o país nórdico que tem o maior número de vítimas. Ainda na Europa, vale destacar o caso de Portugal que não fechou as escolas durante a primeira onda, no ano passado. A medida foi revisada agora, após estudo apresentado pela FENPROF (Federação Nacional dos Professores) mostrando que 40% das infecções no país teriam se dado em ambiente escolar, incluindo os deslocamentos necessários para chegar às escolas.

// Não tem falta de protocolo de segurança. O que tem é falta de efetivação e de diálogo social com o setor através de seus sindicatos de representação.

Ainda segundo Fátima, na América Latina todos os países suspenderam as aulas, com exceção da Nicarágua. Quem fechou por menos tempo foi o Uruguai, único caso em que o retorno foi combinado com os sindicatos docentes: “. Foi feita uma Comissão e os sindicatos eram fiscalizadores dos locais de trabalho. E onde tivesse um caso de contágio a escola era fechada”. O caso do uruguaio é outra exceção. “O que nós vemos no conjunto dos países da América Latina foi uma ausência de diálogo com os sindicatos e de escutar a voz os professores e do pessoal não docente na questão educacional. As medidas foram tomadas por parte de governo, muitas vezes unilateral e impositivas para os professores. Não tem falta de protocolo de segurança. O

que tem é falta de efetivação e de diálogo social com o setor através de seus sindicatos de representação. A gente também tem toda uma análise que o sistema virtual não chegou onde deveria chegar. Não só porque nada substitui o presencial, mas por causa das condições socioeconômicas que vão de acesso à internet e de equipamentos”, disse Fátima.

Ela avalia que, o cenário na América Latina – dessa vez, sem exceções – é de conflito, com muitas pressões dos setores econômicos e da educação privada para um retorno além de “uma ausência total de discussão, no pedagógico, sobre como a gente vai trabalhar, quando for possível a presencialidade, com esses alunos que não conseguiram conectar à internet e simplesmente desertaram do processo educacional”. Outro ponto ressaltado por ela é que apenas Argentina e Chile colocaram os professores no grupo prioritário para a vacinação.

Na Educação Básica

No Brasil, o quadro é agravado pela postura negacionista do governo federal que, durante a pandemia se comportou como mais um incentivador da propagação do vírus do que um agente para a sua contenção, como seria sua responsabilidade. Mesmo que Estados tenham adotado, em maior ou menor grau, algumas medidas de restrição, após um ano, a pressão para a reabertura das escolas é mais forte do que nunca. Segundo o presidente da CNTE Heleno Araújo Filho, são as redes estaduais quem mais forçam o retorno: “A maioria dos municípios tem a consciência de que as escolas não estão preparadas para garantir a segurança sanitária para o retorno das atividades presenciais”, disse. A Confederação tem pautado a necessidade de avançar na vacinação, nas testagens e na participação da comunidade escolar na elaboração de protocolos de segurança para “que minimamente, no diálogo social e político com a representação dos segmentos da comunidade escolar possamos pensar a perspectiva de retorno após passar essa grande crise que estamos vivendo”.

Aqui na Bahia, o governo do Estado determinou o início do ano letivo em 15 de março, inicialmente ainda de maneira 100% remota. O Fórum Estadual de Educação da Bahia – FEEBA, órgão responsável pelo acompanhamento das políticas estaduais de educação, e do qual a Apub faz parte, elaborou um documento com recomendações e diretrizes para a retomada, dividida em três fases: ensino remoto; ensino híbrido, com a inserção gradual de atividades presenciais; e aulas totalmente presenciais condicionadas a orientação das autoridades sanitárias e critérios científicos estabelecidos. “No documento do FEEBA, discutimos a importância de constituir comitês, no nível estadual, municipal e, principalmente, em cada escola para que seja possível a defi-



nição de diretrizes para o planejamento do retorno e a elaboração de plano de ação da escola, contextualizado e com a participação dos professores, estudantes e famílias, monitorado localmente, ajustado sempre que for necessário”, explicou a coordenadora do Fórum, professora Alessandra Assis (Faced/UFBA) em entrevista ao jornal Brasil de Fato Bahia, publicada no início de março.

Nas Universidades

A maior parte das Universidades públicas adotou, emergencialmente, o ensino remoto. Nelas, assim como na educação básica, as dificuldades de infraestrutura e disparidade socioeconômica se impõem. Ainda, as especificidades de cada curso ou área de conhecimento não permitem soluções padronizadas para toda uma comunidade. Em dezembro do ano passado o governo Bolsonaro emitiu uma portaria marcando o retorno presencial das universidades federais e particulares a partir de 4 de janeiro. Após reações, a portaria, que violava a autonomia universitária, foi suspensa. Com as atividades remotas mantidas e sem previsão de mudanças, pelo menos, durante o primeiro semestre, se mantém necessário aprofundar o debate sobre quais as condições de trabalho atuais e os critérios para um retorno presencial seguro.

Condições de trabalho

O ineditismo da situação imposta pela pandemia ao mundo do trabalho e, especialmente, ao setor da educação levou a transformações das pautas

prioritárias dos sindicatos em geral. Durante o ano passado, a Apub buscou ouvir as professoras e professores de modo a dimensionar os impactos da realização do trabalho remoto e acolher essas novas demandas. O sindicato realizou uma breve pesquisa, no contexto do Semestre Letivo Suplementar da UFBA. Os docentes que responderam ao questionário apontaram dificuldades variadas como: necessidade de compra de equipamentos, ausência de local exclusivo para realização das aulas, treinamento apressado ou insuficiente, horas excessivas de trabalho e pressões psicológicas. O debate foi retomado na Assembleia Geral do dia 19 de fevereiro deste ano, na qual foi encaminhada a organização de um fórum para o acompanhamento permanente das condições de trabalho docente, além de uma nova assembleia para retirada do posicionamento da base sobre as condições mínimas de volta ao presencial.

Foram realizadas também, em formato online, passagens nas unidades e audiências com as reitorias da UFBA e UNILAB; e ainda, uma série de debates buscando refletir e sistematizar propostas para o período, a exemplo da Cartilha  **“Orientações para o trabalho docente remoto”** e dos documentos  **“Docência na pandemia - por uma retomada com qualidade, segurança e atenção às condições de trabalho e saúde docente”**, voltado à realidade da UFBA, e  **“Dossiê das demandas da categoria docente do campus dos Malês da UNILAB”**.

Paralelamente, o sindicato continuou buscando incidir politicamente, em articulação com movimentos e organizações nacionais, sobre questões vitais à Universidade pública e à ciência brasileira – cortes nos orçamentos, intervenções e desrespeito à autonomia nas IFES e enfrentamento aos ataques diretos aos pesquisadores/as.

Neste início de ano, as projeções compartilhadas pela Apub a respeito da política de morte implementada pelo governo Bolsonaro se confirmaram – ultrapassamos 350 mil óbitos por covid-19 e temos apenas 11% da população vacinada, com pelo menos uma dose (em 12/04) - e ainda não é possível programar o retorno às atividades presenciais, diante da desastrosa gestão das intercruzadas crises social, econômica e política.

► PESQUISA



Primeira pesquisa da Apub sobre perfil docente aponta mudanças geracionais e principais pautas da categoria

A compreensão dos interesses e demandas da categoria é imprescindível para uma atuação mais precisa e qualificada de qualquer sindicato e foi com esse intuito que a Apub realizou a [**► Pesquisa Perfil Docentes das Universidades Federais Baianas**](#), entre junho e setembro de 2020, abrangendo aspectos socioeconômicos, da carreira, condições de trabalho e participação política. A elaboração do relatório final com análise e cruzamentos dos dados contou com o trabalho do professor Gilberto Pereira Sassi, do Instituto de Matemática e Estatística da UFBA, junto ao grupo de Extensão “Consultoria Estatística”.

O questionário online aplicou-se às professoras e professores – filiados ou não, aposentados e ativos, efetivos e substitutos – da UFBA (exceto docentes do EBTT), UFOB, UFRB, UFSB, UNIVASF e UNILAB. Dos 1.074 docentes, a maioria (60%) são pessoas do gênero feminino, sendo 39% masculino e apenas duas pessoas declararam-se como não binários. Esses dados de participação dialogam com o maior engajamento das mulheres nas atividades sindicais, percebido no cotidiano da Apub, inclusive na própria gestão, mas também dizem respeito ao aumento de mulheres na carreira docente do ensino superior. Elas são 51,8% do corpo docente nas universidades baianas e a média nacional é de 46,8%, segundo dados da pesquisa “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil” de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Raça e classe

Em relação à raça e etnia, a pesquisa, em termos amostrais, confirma a dessincronização da distribuição racial de docentes nas universidades federais baianas em relação à população do estado. A Bahia tem quase 80% de sua população autodeclarada preta ou parda, e aproximadamente 20% da população branca, no entanto, cerca de 50% dos docentes declararam-se brancos contra 36% de pardos e 11,7% de pretos.

// A Bahia tem quase 80% de sua população autodeclarada preta ou parda, e aproximadamente 20% da população branca, no entanto, cerca de 50% dos docentes declararam-se brancos contra 36% de pardos e 11,7% de pretos.”

Esses números não surpreendem, considerando a histórica exclusão da população empobrecida, negra (preta e parda) e indígena do acesso ao ensino superior, impossibilitando a formação para docência. Não por acaso, 60% dos pais e mães dos respondentes do questionário, têm, pelo menos, ensino médio completo, e 38% dos participantes são oriundos exclusivamente de escolas privadas e 26% estudaram nestas instituições em algum momento da vida escolar.

Apesar disso, não é possível ignorar os avanços promovidos pelas políticas afirmativas, principalmente a partir da implementação da Lei 12.711 de 2012 que fixou a política de cotas nas universidades federais para a graduação e, mais timidamente, a aprovação de cotas nos programas de pós-graduação das instituições. Segundo o Censo da Educação Supe-

rior de 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a quantidade de estudantes negros no ensino superior cresceu 75% entre 2014 e 2018, e a parcela de docentes pretos ou pardos apenas 8%. Ou seja, a luta pela Universidade pública, gratuita e democrática passa, necessariamente, pelo aprofundamento das ações afirmativas em todas as instâncias – graduação, pós-graduação e nos concursos públicos.

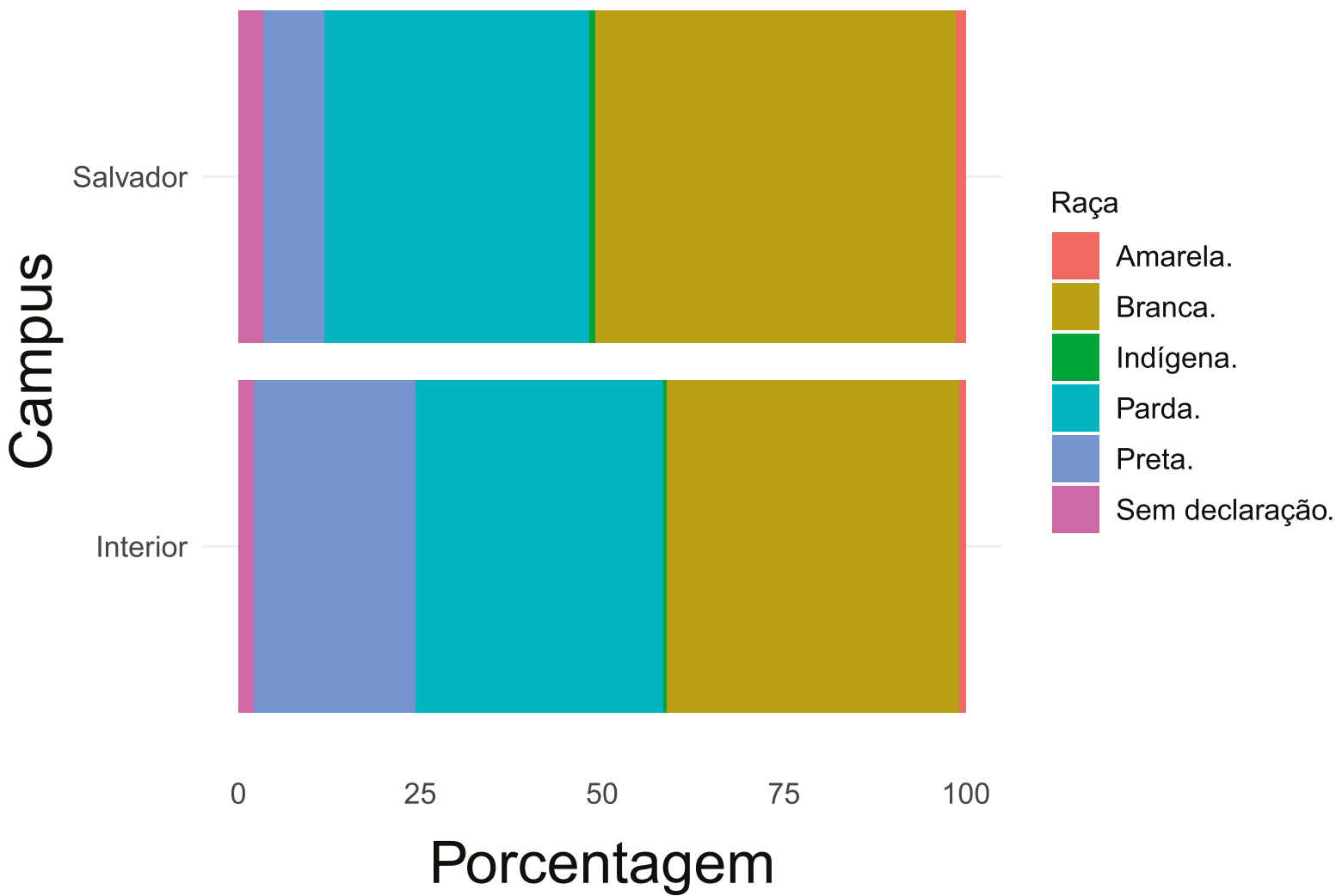


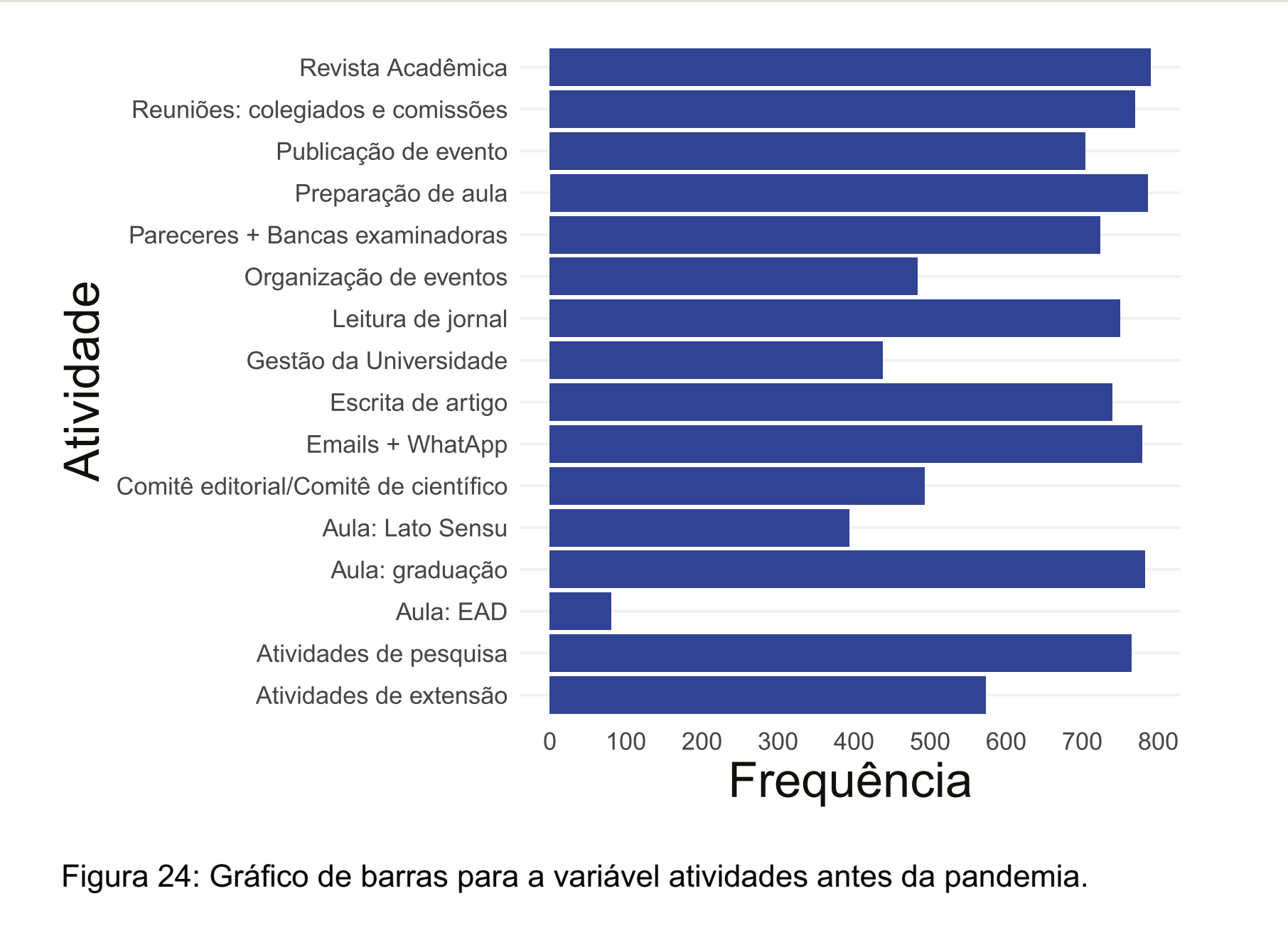
Figura 97: O gráfico de barras das variáveis campus e raça.

Outro aspecto que chama atenção no relatório é a relação entre a raça/etnia e o campus de lotação – há indicação de que as variáveis raça e campus estejam associadas, estando docentes negros lotados principalmente nos campi das cidades do interior do estado da Bahia (ver figura 97). Neste ponto, podemos considerar também de grande importância o processo de expansão e interiorização das IFES que garantiu a entrada de uma geração de novos concursados em instituições oriundas de um movimento de inclusão e democratização no ensino superior.

Ainda, destaca-se no relatório que 60% dos respondentes nasceram na região nordeste; a maioria entrou na Universidade a partir de 2010 e quase 30% entraram na Universidade depois de 2013. Tais resultados também podem estar relacionados à expansão das universidades, possibilitando que muitas professoras e professores se mantenham ou retornem aos seus estados de origem e deslocando a centralidade do eixo sul-sudeste.

Carreira e condições de trabalho

A distribuição entre os participantes da pesquisa, em relação ao regime de trabalho, é de 88% em Dedicação Exclusiva, 8% em regime de trabalho de 40h e 3,6% em 20h. No entanto, mais de 65% relatam cumprir carga horária semanal superior ao regime; além disso, mais de 60% também afirmam estarem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o trabalho na Universidade. Questionados sobre as razões que motivam o alto índice de insatisfação, a queixa mais comum (43,2%) diz respeito à infraestrutura inadequada - instalações, equipamentos e acesso à internet - para o desenvolvimento do trabalho, seguida por “falta de incentivo à pesquisa científica”, com 16,4%.



Com esses dados, o relatório revela uma sobrecarga de atividades docentes - distribuídas entre ensino, pesquisa, extensão e funções administrativas (ver Figura 24), o que aponta para a urgência da ampliação das vagas e realização de novos concursos de modo a garantir melhor distribuição de atividades, mas também exige uma discussão da categoria aliada à luta política dos sindicatos, dentro das instituições e frente aos governos, entorno das questões próprias da carreira no esforço contínuo para garantir as melhorias nas condições dessas trabalhadoras e trabalhadores e a qualificação da oferta da educação superior.

Essa grave precarização do trabalho docente constatada pela pesquisa está intimamente relacionada ao desinvestimento e à falta de interesse dos governos, especialmente a partir de 2015, em acolher as demandas das Universidades Públicas e da Ciência e Tecnologia. Esse cenário é agravado pelas

atuais medidas do governo Bolsonaro que atacam diretamente o funcionalismo público - cortes de recursos pela Lei Orçamentária 2021, reforma administrativa e a recém aprovada EC 109.

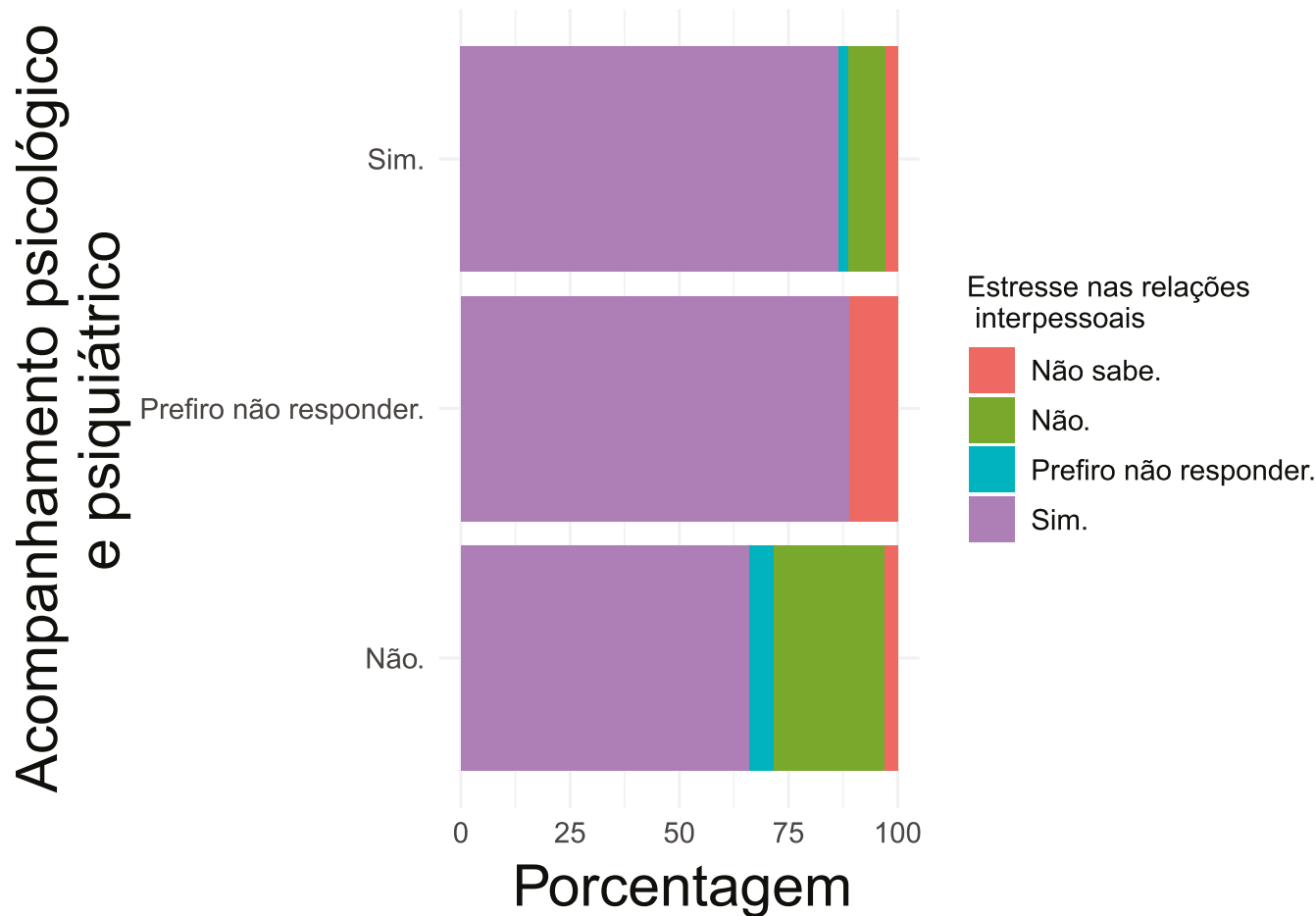


Figura 101: Gráfico de barras para as variáveis Acompanhamento psicológico e psiquiátrico e Estresse nas relações interpessoais.

Merece ainda destaque as questões relacionadas à saúde mental, pauta que tem sido paulatinamente incorporada pelo sindicato. As respostas apontam uma alta proporção (quase 40%) de docentes que procuraram acompanhamento psicológico ou psiquiátrico nos últimos três anos, e o relatório indica que este índice pode estar relacionado a problemas no ambiente de trabalho, questão agravada no decorrer da pandemia, destacando a sobrecarga de trabalho e o estresse nas relações interpessoais como possíveis fatores de influência.

Participação política e relação com o sindicato

A maioria (71,6%) das professoras e professores que responderam ao questionário são filiados à Apub e afirmam que as principais razões para sindicalização são o reconhecimento do papel do sindicato (73,3%), importância das mobilizações de caráter público (54,65%), a conquista de acordos coletivos e melhorias na carreira (51%) e a assistência jurídica (44,6%), confirmando um grande interesse sobre as questões corporativas. Por outro lado, 95,3% considera a defesa da Universidade pública como a pauta prioritária, seguida de conquistas salariais e da carreira (61,6%) e qualificação da assessoria jurídica (31%), o que explicita a imbricação das questões corporativas na luta pelo fortalecimento e desenvolvimento da Universidade pública, gratuita e de qualidade.

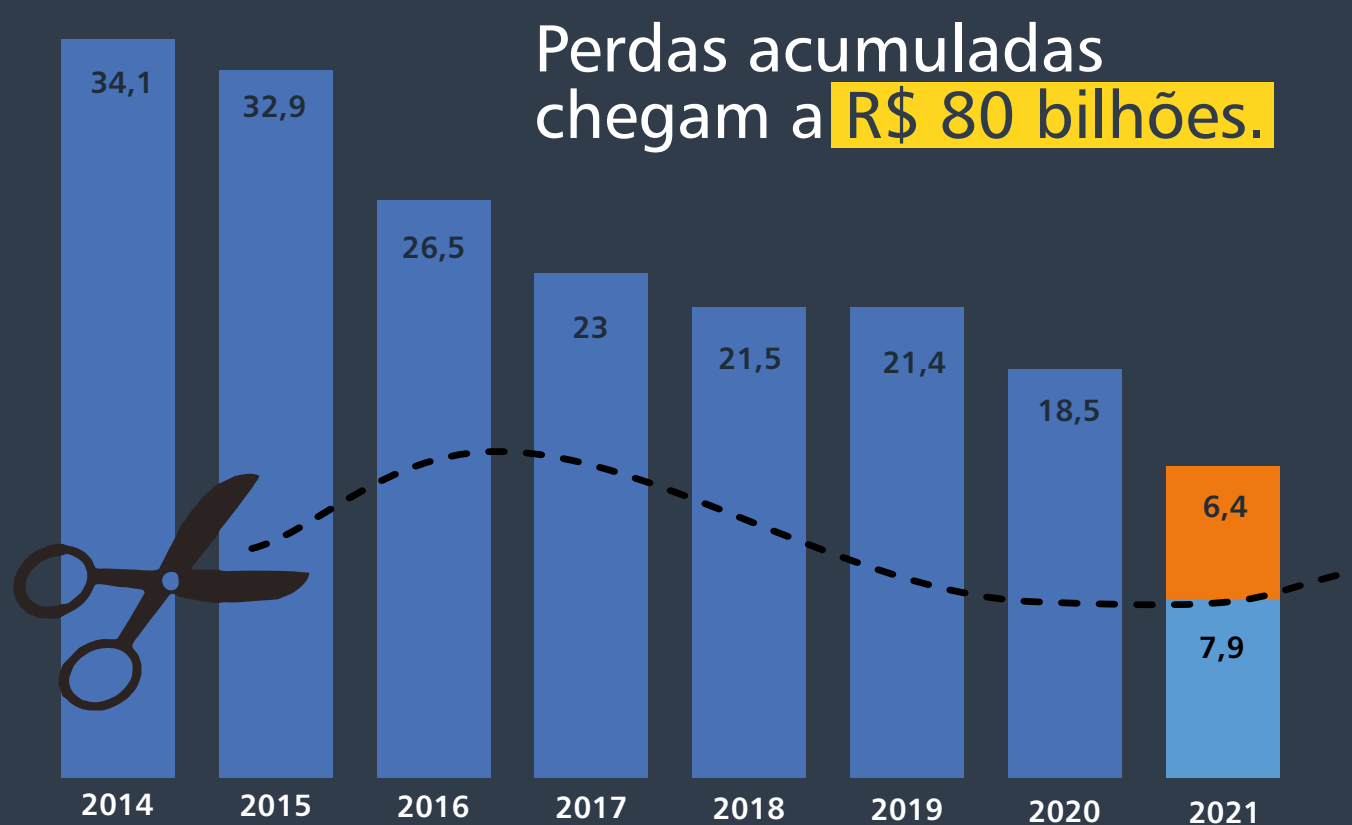
*Equipe de coordenação da Pesquisa: Marta Lícia de Jesus, Leopoldina Menezes, Cláudio André de Souza e Victor Alcântara.
*As análises foram realizadas pelo professor Gilberto Pereira Sassi por meio do projeto de extensão do Departamento de Estatística, "Consultoria em Estatística e Ciência de Dados" coordenado pela professora Carolina Costa Mota Paraíba.

► ECONOMIA

Orçamento 2021 coloca educação pública em risco

Aprovada em março, com atraso devido à pandemia, a Lei Orçamentária Anual de 2021 é o retrato do governo Jair Bolsonaro: achata os orçamentos da educação, saúde, pesquisa, ciência e tecnologia e privilegia os militares com um orçamento de R\$ 8,3 bilhões para o Ministério da Defesa. Os militares também serão a única categoria a receber reajuste salarial (a custos adicionais de R\$ 7,8 bilhões), enquanto as três esferas do funcionalismo público podem ter seus salários congelados por conta da aprovação da PEC Emergencial (hoje, Emenda Constitucional 109). Em comparação, o Ministério da Saúde, mesmo com a pandemia em seu pior momento, receberá R\$ 3,6 bilhões. Outros setores prejudicados foram a Previdência Social (- R\$ 13 bilhões), abono salarial e seguro-desemprego, além do IBGE que teve quase 90% de corte nos recursos, impedindo a realização do Censo 2021. Devido ao patamar artificialmente baixo das despesas obrigatórias – que dificilmente poderá ser cumprido sem paralisação da máquina pública, o texto aprovado foi chamado também de “orçamento fake”.

ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO SOFRE CORTES DESDE 2015



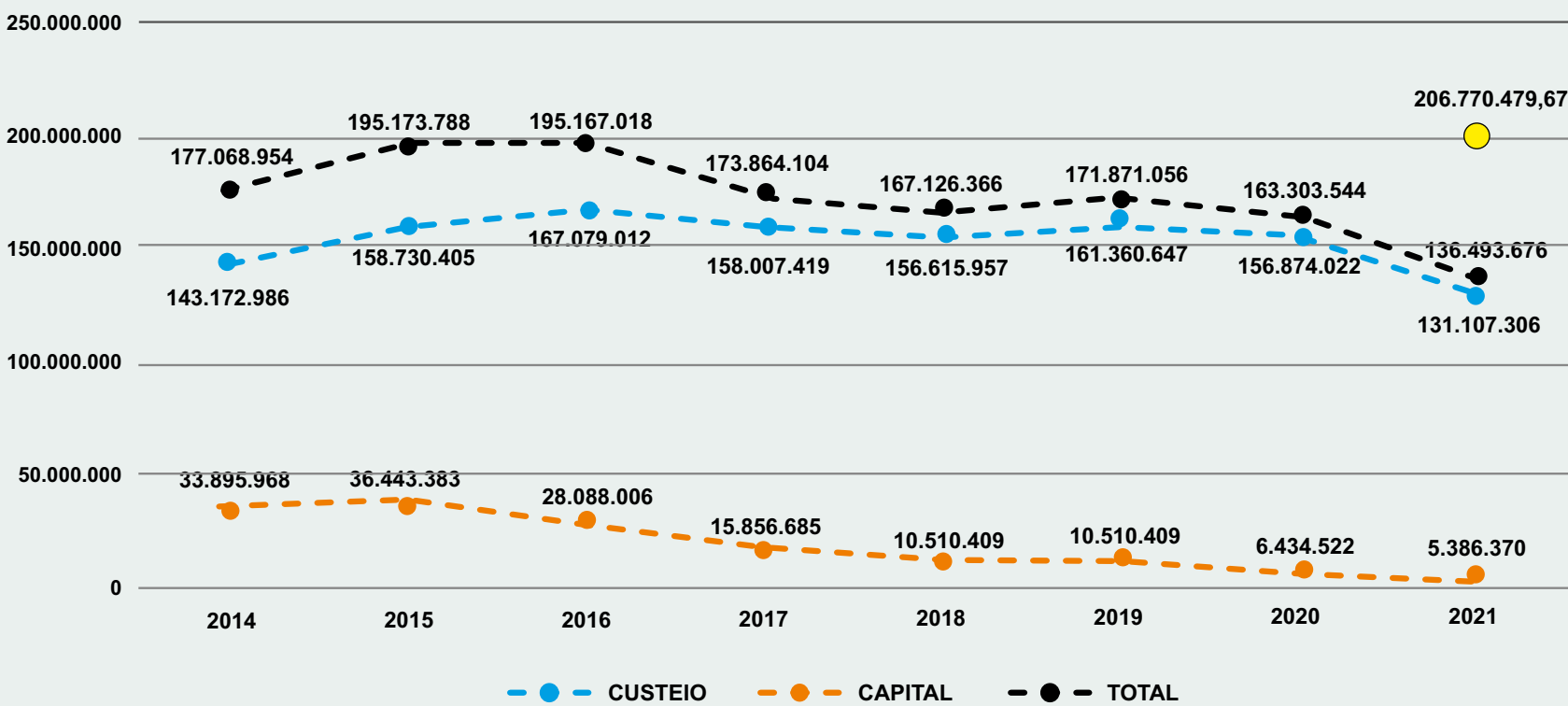
Orçamento discricionário em bilhões de reais (Corrigido pelo IPCA)

■ Orçamento empenhado ■ PLOA 2021 ■ PLOA Sujeito à aprovação de créditos suplementares

Gráfico: Observatório do Conhecimento.

Situação do orçamento da UFBA em 2021

Valores de custeio e de capital inscritos na Lei Orçamentária Anual - LOA, por ano, UFBA, 2014 A 2021



Fonte: Tesouro Gerencial.
Valores nominais em R\$ 1,00, da dotação inicial na LOA, sem alterações. Para 2021 os valores estão inscritos no Projeto de LOA (PLOA), em tramitação no Congresso Nacional.
Preparado pela Coordenação de Orçamento/PROPLAN/UFBA.

Gráfico: Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento/UFBA

Para a educação, os cortes aprofundam um longo processo de arrocho no setor. O Ministério da Educação terá investimento de apenas R\$ 3 bilhões no ano corrente, um corte de 40%. Em cálculo feito pelo Observatório do Conhecimento, do qual a Apub faz parte, os orçamentos do MEC, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, CAPES e outros centros de pesquisa acumulam, desde 2015, perdas de R\$ 80 bilhões.

No dia 17 de março, a Andifes realizou uma coletiva de imprensa denunciando uma redução de R\$ 1.178 bilhões no orçamento das Universidades e Institutos Federais. Segundo dados divulgados pela UFBA, o corte no orçamento de custeio da Universidade pode chegar a R\$ 26,8 milhões (menos 16,4%), representando uma volta a patamares de 2010, de acordo com o pró-reitor de Planejamento e Orçamento Eduardo Mota. A diminuição das verbas de custeio penaliza, especialmente os setores mais vulneráveis da comunidade universitária como trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as e estudantes que dependem das políticas de permanência. Pouco antes da aprovação da LOA 2021, a pró-reitora de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, Cássia Maciel afirmou que “Se confirmado, esse corte nos obrigará a diminuir a oferta de auxílios, tanto para ingresso, quanto para permanência, impactando estudantes em situação de vulnerabilidade, que dependem desses recursos para estudar e, muitas vezes, para sobreviver”. No IFBA, o corte foi de R\$ 14,3 milhões (- 22% do orçamento de custeio). Segundo o Instituto, os cortes previstos implicarão na impossibilidade de inauguração das novas unidades em processo de im-

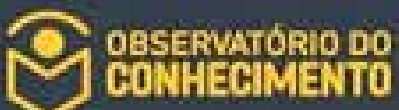
Uma abelha só não faz pressão





Vem para o **enxame** pelo orçamento

Pressione **nas redes** dos parlamentares pela recomposição do **orçamento do conhecimento**.



plantação nos municípios de Campo Formoso e Jaguaquara. A UFOB publicou nota detalhando as reduções feitas, entre elas, 17,5% na Assistência Estudantil e 16% em programas de bolsa.

Diante desse quadro, durante todo o mês de março houve atividades de mobilização, das quais a Apub participou, junto ao Observatório do Conhecimento. O “Enxame” pelo orçamento foi uma atividade de pressão sobre parlamentares através de e-mails e mensagens via redes sociais e WhatsApp. Nos dias 23 e 24 de março aconteceram os tuitos #OrçamentoPelaVida. Parlamentares da oposição chegaram a obstruir os trabalhos e atrasar a votação da matéria na Comissão Mista de Orçamento. A votação foi liberada após acordo que prevê o envio de PLNs (Projeto de Lei do Congresso Nacional) para créditos extraordinários, visando recompor parte do orçamento das áreas prioritárias como saúde e educação. O risco é que, agora, as áreas “competem” entre si fragmentando o esforço de mobilização.

** Com informações do Edgar Digital, Observatório do Conhecimento, CNN Brasil, Congresso em Foco e Correio Braziliense

► AÇÕES DA APUB

Sindicato mantém atividades de mobilização

A nova gestão da Apub inicia sua atuação participando de eventos e articulações importantes para discussões de interesse nacional, mas também no sentido da mobilização necessária para o enfrentamento político neste período de agravamento da crise social, econômica e sanitária no Brasil. Confira algumas das ações realizadas pelo sindicato nos três primeiros meses de 2020.

Fórum Social Mundial online

Organizações e movimentos sociais de todo o mundo realizaram, entre 23 e 31 de janeiro, a 20ª edição do Fórum Social Mundial, desta vez em formato online em razão da pandemia de covid-19. A Apub participou da programação com três mesas de debate: “Pandemia: universidades e movimentos sociais e sindicais” e contou com o professor Luis Eugênio Portela (ISC/UFBA), doutor em Saúde Pública, Katarina Fernandes, militante da Campanha Periferia Viva; e mediação de Ana Lúcia Goés, vice-presidenta do sindicato ([▶ assista](#)); “Professores e a disputa sobre os rumos da educação pública em tempos inéditos”, com as professoras Dejanira Rainha Melo, da Rede Municipal de Salvador, Marta Lícia de Jesus (Faced/UFBA), doutora em educação e pesquisadora na linha de Política e Gestão da Educação e a mediação da diretora da Apub, Fernanda Almeida ([▶ veja aqui](#)); e “Caso Ford e o descaso da política econômica e industrial”, com Allan Hayama do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, Juliane Furno do Instituto para a Reforma das Relações Estado e Empresa e mediação do professor Ricardo Carvalho (Politécnica/UFBA), membro do GT Ciência, Tecnologia e Inovação da Apub ([▶ confira](#)).



Comitê Baiano Vacina no SUS Já!

No dia 14 de janeiro, a Apub participou da Plenária Geral “Vacina para todos, já!” para a discussão e defesa de um plano nacional de vacinação contra a covid-19 integrado ao Sistema Único de Saúde, público, universal e gratuito. A atividade contou com centenas de representações de trabalhadoras/es do serviço público e privado, pesquisadoras/es, parlamentares e entidades como ABRASCO, CUT, Conselhos Estadual e Nacional de Saúde e Cebes; como encaminhamento da atividade, instalou-se o Comitê Baiano “Vacina Já!”, com participação de cerca de 30 entidades e movimentos, entre eles a Apub, representada pela vice-presidenta Ana Lúcia Goés. Desde então, o Comitê tem se reunido especialistas, secretários de saúde da capital baiana e do estado e outros membros dos poderes públicos para acompanhamento e proposições entorno do combate à pandemia na Bahia. Acompanhe as atividades através do Instagram @comitebaiano.

Congresso da UFBA 2021

A Apub participou do II Congresso Virtual UFBA, realizado entre 22 e 26 de fevereiro deste ano, como proponente de seis mesas e com ampla participação da diretoria. Foram elas: “Organização Sindical na Luta Contra a Precarização”, “Diálogos docentes: impactos da Reforma Administrativa e outras contrarreformas estatais na carreira docente”, “Panorama da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil da COVID-19”, “Diálogos docentes: COVID-19, ensino remoto e retomada das atividades presenciais”, “Educação e Pandemia – atravessando a tempestade” e “Combater o racismo e promover o feminismo: pautas do movimento docente”. ➡ [Acesse aqui a playlist.](#)



Apoio à greve dos petroleiros



www.sindipetroba.org.br

Em 10 de fevereiro, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia e a Federação Única dos Petroleiros realizaram manifestação na via de acesso à Refinaria Landulpho Alves-Mataripe, contra a venda da estatal. Participaram da mobilização, os/as trabalhadores/as próprios e terceirizados da refinaria; também foram convidados moradores, comerciantes e parlamentares das cidades de São Francisco do Conde, Candeias, Madre de Deus e São Sebastião do Passé, que terão a sua economia duramente afetadas com o desmonte e privatização do Sistema Petrobrás pelo governo Bolsonaro, que tem como fruto, os aumentos absurdos dos preços dos alimentos, do gás de cozinha e dos combustíveis. A Apub apoiou a mobilização, junto com CUT, CTB, UNE-GRO, UEB e outras organizações. No dia 17, o sindicato participou também da plenária sindical e dos movimentos sociais para debate e articulação de apoio à greve dos petroleiros e contra as privatizações. A diretora Luciene Fernandes denunciou as graves consequências do desmonte de setores estratégicos para o desenvolvimento nacional e destacou a importância econômica e social de manter a Petrobras como empresa pública, que contribuiu, inclusive, com o financiamento da educação e da ciência.

8M: dia de luta das mulheres tem atos simbólicos e atividades online

Em momento crítico da pandemia, movimentos sociais e sindicais optaram por marcar o 8 de março com atos simbólicos, evitando aglomerações, e concentrando atividades em ambiente online. A Apub esteve presente nas movimentações; fixou uma faixa na reitoria da UFBA – “Professoras em defesa da educação e dos serviços públicos” e outra faixa com o lema



lançado pela Frente Brasil Popular - “Mulheres na Luta pela Vida! Vacina para toda a população, auxílio emergencial, já! Fora Bolsonaro”, na sede do sindicato. Na manhã do dia 08, a professora Fernanda Almeida, diretora da Apub, representou o sindicato no ato simbólico com pratos vazios em frente à Câmara dos Vereadores e Vereadoras de Salvador, organizado pelo coletivo 8M em Salvador e a Frente Brasil Popular-Bahia.

Nas redes sociais, a Apub divulgou, durante todo o dia, vídeos com mensagens das professoras para o dia de luta das mulheres. Participaram as docentes Meire Boaventura (Creche/UFBA), Luciene Fernandes (diretora da Apub), Andrea Hack (diretora da Apub), Silvia Lúcia Ferreira (Enfermagem/UFBA) e Leopoldina Menezes (Matemática/UFBA) e Fernanda Almeida (diretora da Apub). Para assistir e acompanhar esses e outros vídeos da Apub, acesse e se inscreva no canal do sindicato no [YouTube](#).

► ELEIÇÃO UNILAB

Unilab realiza primeira consulta para escolha da reitoria



Debate realizado pela Apub dia 09 de março, com mediação dos professores Carlos Guerola e Márcio André dos Santos, ambos do campus dos Malês da Unilab

Pela primeira vez em seus dez anos de fundação, a comunidade universitária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira realizou o processo de consulta para escolha da reitoria da instituição, cuja votação aconteceu entre os dias 15, e 17 de março. Até então, a Unilab teve cinco reitores e uma reitora pro tempore indicados pelos governos, incluindo o atual, professor Roque Albuquerque, o qual participou da consulta e obteve 64% de votos válidos, juntamente com a candidata a vice-reitora, professora Cláudia Ramos Carioca com 55%. A outra chapa concorrente foi composta pelo professor Antônio Vieira da Silva Filho, 36% de votos válidos, e a professora Carolina Maria Costa Bernardo, 45%.

O resultado do processo foi levado ao Consuni, que esteve reunido no dia 23 de março e definiu a lista tríplice a ser enviada ao MEC. O professor Márcio André dos Santos, membro suplente do Conselho de Representantes da Apub do campus dos malês, avaliou que a Comissão Organizadora da Consulta exercitou “o respeito à democracia interna, no sentido de contemplar os três segmentos”. Quanto às expectativas em relação à nomeação pelo MEC, ele explicou que não é esperada a rejeição do reitor escolhido no pleito, o qual ocupa já o cargo como indicado por Bolsonaro em março do ano passado.

A organização da consulta, com peso paritário entre os setores, foi resultado de articulação das entidades representativas de docentes (Apub Sindicato e ADUFC-Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará), dos técnicos-administrativos (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado do Ceará – SINTUFCE e Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Universidades Públicas Federais no Estado da Bahia - ASSUFBA) e de discentes (Diretório Central dos Estudantes, com representação nos dois estados); e só foi possível após intensas mobilizações internas para a aprovação do Estatuto da Unilab pelo Conselho Superior, ocorrida no dia 04 de dezembro de 2020. O documento institucionaliza procedimentos e a autonomia interna nas Instituições Federais de Ensino Superior, a exemplo da própria realização de eleições para reitoria.

Organização da consulta

No dia 25 janeiro, a Apub esteve reunida com docentes do campus dos Malês dando início ao debate sobre o processo de consulta à comunidade; o presidente da Apub, Emanuel Lins conduziu a reunião explicando como se dão as consultas informais - de caráter facultativo e indicativo, organizadas pelas entidades representativas dos setores - e as consultas formais, organizadas pelo CONSUNI, que formalizam a lista tríplice indicada ao MEC. O professor enfatizou a importância de garantir o peso paritário dos votos de docentes, técnicos-administrativos e estudantes, como forma de fortalecimento da democracia interna.

Já no dia 28 de janeiro, a Apub e ADUFC realizaram uma assembleia online para discutir e deliberar sobre a consulta. “Esse momento é histórico, a comunidade da Unilab poderá escolher sua reitoria a partir do exercício da democracia interna, com paridade entre os setores. É, sem dúvida, um divisor de águas. Não sou professor desta Universidade, mas como presidente da Apub me sinto honrado de contribuir com esse processo, ladeado com a ADUFC”, afirmou o professor Emanuel Lins durante a reunião. Na ocasião, ainda foi eleita a representação docente dos Malês no Consuni - o professor Basilele Malomalo como Conselheiro Titular e Ruth Cardoso Andrade como suplente. Ainda, em 09 de março, a Apub promoveu um debate entre os candidatos a reitor e candidatas à vice-reitora.



**APUB SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA**

Endereço: Rua Professor Aristides Novis, 44,
CEP 40210-630, Federação - Salvador - Bahia.

DIRETORIA

PRESIDENTE: Emanuel Lins (UFBA/Direito)

VICE-PRESIDENTA: Ana Lúcia Góes (UFBA/ICS)

DIRETORA ADMINISTRATIVA: Andrea Beatriz Hack de Góes (UFBA/LETRAS)

DIRETORA FINANCEIRA: Fernanda Almeida Pereira (UFBA/CRECHE)

DIRETORA ACADÊMICA: Jucélia Bispo dos Santos (UNILAB/IHL - Campus Malês)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA: Luciene da Cruz Fernandes (UFBA/ICS)

DIRETOR SOCIAL E DE APOSENTADOS: Joviniano Soares de Carvalho Neto (UFBA/FFCH/Apos.)

TITULARES DO CONSELHO FISCAL

Uilma Matos (UFBA/FACED)

Leopoldina Menezes (UFBA/Matemática)

Silvia Lúcia Ferreira (UFBA/Enfermagem)

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Hebe Alves (UFBA/Teatro)

Carlos Alberto Soares (UFBA/FFCH)

CONSELHO DE REPRESENTANTES - UFBA

Manoel Marcos Freire D'Aguiar Neto (UFBA/Física/Apos.) Titular

Bárbara Coelho (UFBA/ICI) Titular

Daniel Tourinho Peres (UFBA /FFCH)) Suplente

Ricardo Carvalho (UFBA/Politécnica) Suplente

CONSELHO DE REPRESENTANTES - IMS/UFBA - VITÓRIA DA CONQUISTA

Leila Costa Cruz (UFBA/MS) Titular

Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho (IMS/CAT) Suplente

CONSELHO DE REPRESENTANTES - UFRB

Claudia Feio da Maia Lima (UFRB/CCS) Titular

Maria de Fátima da Silva Pinto Peixoto (UFRB/Aposentada) Suplente

CONSELHO DE REPRESENTANTES - IFBA

Eloisa Santos Pinto (IFBA) Titular

José Luís da Silva Moisés (IFBA) Suplente

CONSELHO DE REPRESENTANTES - UNILAB (CAMPUS DOS MALÊS)

Carlos Maroto Guerola (UNILAB/IHL) Titular

Márcio André dos Santos (UNILAB/IHL) Suplente

EXPEDIENTE

Redação: Anaíra Lôbo e Carolina Guimarães

Diagramação: Carlos Vilmar

E-mail: ascom@apub.org.br - Fechamento da edição: 06/4/2021.